



RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

E

CONTAS DE 2002

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

- 1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS
- 1.2. ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS E AMBIENTAIS
- 1.3. RECURSOS HUMANOS
- 1.4. ECONÓMICO E FINANCEIRO
- 1.5. INVESTIMENTOS
- 1.6. INTERCOOPERAÇÃO
- 1.7. CONCLUSÕES

2. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

- 2.1. BALANÇO ANALÍTICO
- 2.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
- 2.3. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

5. PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

“*Quem cria não enjeita*” é uma expressão popular, repleta de auto estima e de confiança, que anima quem se compromete a trabalhar solidariamente naquilo que considera seu, razão pela qual a Direcção, ao iniciar este Relatório, quer dar ênfase a esta perspectiva, já que sendo a Cooplisboa propriedade de todas as Associadas, a todas compete contribuir para o seu desenvolvimento.

Consideramos concluída a divulgação da Cooplisboa, valorizando-se a lógica organizacional que a caracteriza, a qualidade dos meios tecnológicos com que opera e a experiência do trabalho empresarial e em grupo, resultante da criação de uma mentalidade nova e de uma nova perspectiva de negócio, integrado do topo à base, em intercooperação e de gestão em rede.

Em 2002, trabalhámos para consolidar, envolver e comprometer as Cooperativas neste projecto de futuro, prosseguir com a racionalização de meios e a definição de prioridades na:

- * Manutenção, consolidação e desenvolvimento dos projectos integrados de intercooperação;
- * Parceria com as Associadas que pretendam investir em novas **LOJAS G COOP**;
- * Intercooperação com Cooperativas de outros Ramos;
- * Cooperação com a restante Economia Social.

O estado actual da economia do País, da Europa Comunitária e do Mundo, os conflitos sociais e a guerra, a concentração de riqueza, o sofrimento dos Povos e a exclusão do *sistema*, são efeitos da mesma causa, ferida de legitimidade social, entendendo-se indispensável a presença e a actividade das Cooperativas, sendo-nos exigido, que utilizemos todos os nossos recursos e as técnicas modernas, para cumprir a missão que estatutariamente nos está determinada.

As Associadas, a Cooplisboa, a Masterdis, a CMC e a Uniarme, constituem uma complexa rede empresarial, de raiz Cooperativa, destinada a criar as melhores condições de aquisição de produtos e garantir competitividade nas **LOJAS G COOP**, como aliás aparece reflectido nos bons resultados globais obtidos, consequência directa da coesão interna, do trabalho em grupo e da continuada afirmação dos Valores Éticos e dos Princípios Cooperativos.

Continuámos a centralizar serviços na União, os quais, sendo indispensáveis ao bom funcionamento das Cooperativas, contribuem para reduzir os custos estruturais, disponibilizar dados de gestão, de qualidade e, em tempo oportuno, indispensáveis à actividade, sendo natural a adesão crescente das Associadas a esta iniciativa.

Findo o período de adaptação à nova moeda Comunitária, implementámos os procedimentos adequados ao regular funcionamento da Cooplisboa e das Cooperativas suas Associadas, tendo a operação EURO, terminado sem dificuldade em meados de Janeiro de 2002.

A finalizar estas considerações gerais, deveremos manifestar a nossa satisfação pelos resultados globais obtidos pela União e pelas Cooperativas suas Associadas, valorizando igualmente o alargamento e a consolidação do Grupo Coop, laboriosa e persistentemente desenvolvido nos últimos anos, ficando-nos a convicção de que, fácil é o que foi feito e que a intercooperação é a solução para abrir as portas do futuro.

1.2. ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS E AMBIENTAIS

A Intercooperação e as actividades empresariais, são mais profícuas quando antecedidas de contactos políticos, que firmam o conhecimento, revelam experiências, definam estratégias e compromissos. Assim, contactámos Cooperativas de Consumo e de outros Ramos, bem como outras Entidades da Economia Social, tendo estabelecido elos de pendor associativo, de que destacamos:

- * Visitas a Cooperativas de Consumo não Associadas, visando conhecer cada realidade local e perspectivar uma solução de interesse mútuo, pelo que estivemos em:
 - Fânzeres de Gondomar, Ramalde, Campanhã e Lordelo do Ouro, todas na cidade do Porto; Viseu; Casevel, de Condeixa; Zambujal de Loures; Olivais e Braço de Prata de Lisboa; Montargil e Tramaga, da Ponte de Sôr; Santana do Campo, de Arraiolos; Monte Trigo, S. Manços e Torre de Coelheiros, todas de Portel; Marmelar da Vidigueira; Vilalva de Cuba; Vale de Vargo e Pias de Serpa; Salvada de Beja; Amoreiras Gare, Relíquias e Vale de Santiago, de Odemira e Silves;
- * Visitas à União e às **LOJAS G COOP** da região de Setúbal, de Cooperativas de Consumo não Associadas, proporcionando-lhes informação detalhada da actividade desenvolvida, esclarecendo as diferentes opções de gestão e valorizando os compromissos recíprocos a assumir e assim, estiveram connosco Cooperativas oriundas de:
 - Ramalde, Casevel, Entroncamento, Braço de Prata, Montargil, Crato, Ervedal de Avis, Azaruja do Redondo, Torre de Coelheiros e Portel, Marmelar, Ermidas Aldeia e Ermidas do Sado, de Santiago do Cacém, Vale de Santiago, Relíquias e Amoreiras Gare;
- * Visitas à União, de Cooperativas de outros ramos e de outras Entidades da Economia Social:
 - Fenacercis, Santa C. da Misericórdia de Alhos Vedros, Clube Desportivo do Penteadado e União Banheirense, da Moita e União de Reformados Pensionistas e Idosos do Lavradio;
- * Fomos ainda visitados pelas seguintes Cooperativas Associadas:
 - Proletário Alentejano de Beja, para que os novos Dirigentes ficassem a conhecer a União;
 - Coopovo da Marinha Grande, para esclarecer assuntos de relacionamento institucional;
 - Por diversas vezes a Pluricoop, com sede em Setúbal, para que os seus Trabalhadores conhecessem melhor o trabalho desenvolvido na plataforma logística do Pinhal Novo;
- * Por outro lado, realizámos reuniões e visitámos as seguintes Cooperativas:
 - Coopribatejo, para acompanhar a evolução do seu processo de reestruturação;
 - Gadanha em Estremoz, para perspectivar a sua reorganização e modernização;
 - CHE de Campo Maior, Popular de Montemor-O-Novo, Brotas, Lourocoop e Fânzeres para participar nos seus Aniversários;
 - Pero Rodrigues e Voz do Povo, ambas no Alandroal, para encontrar solução que permita reiniciar a actividade da primeira e modernizar e normalizar o funcionamento da segunda;
 - Agrícola da Fonte em Casebres de Alcácer do Sal, visando alterar os métodos de gestão;
 - Vidigueira, Alcaria da Serra e Vila de Frades, para preparar a fusão por incorporação numa Cooperativa da região;
 - Coopovo, para analisar o relacionamento económico desta Associada com a União.

Dirigentes e Quadros da Cooplisboa integraram as delegações da Fenacoop que participaram nos seguinte eventos:

- * Conferência Europeia da Economia Social, como instrumento de coesão social - Salamanca;
- * Auscultação de opiniões sobre a Responsabilidade Social das Empresas - Bruxelas;
- * Assembleia Geral da ACI - Aliança Cooperativa Internacional – Europa, realizada em Lisboa;
- * Assembleia Geral e Seminário da ICC – Internacional Cooperativas Consumidores, que reuniu igualmente em Lisboa.

Visando envolver as Associadas nos processos de desenvolvimento e na procura das soluções, aproveitámos as Assembleias Gerais Ordinárias para debater outros assuntos, reflectidos no conteúdo das respectivas ordens de trabalho:

- * Apreciar e votar o Plano de Actividades e o Orçamento;
Apreciar e votar a adesão à MASTERDIS - Comércio de Produtos Alimentares e Conexos, S.A;
Conhecer os novos membros e ratificar a decisão da sua adesão;
- * Apreciar e votar o Relatório e as Contas;
Conhecer os novos membros e ratificar a decisão da sua adesão;
Reflectir a estratégia de desenvolvimento.

Após um ano de intenso trabalho associativo, continuamos convictos de que é fundamental criar confiança entre os Dirigentes, para depois dar passos concretos no relacionamento empresarial, o qual, tem regras próprias e específicas das Cooperativas e, assim, é com satisfação que recebemos no seio da União mais 9 Cooperativas, uma delas com 110 anos de actividade:

- * SOCRA - Cooperativa de Consumo do Crato, CRL - Crato;
- * Cooperativa Operária de Consumo AZARUJENSE, CRL - Azaruja – Redondo;
- * Cooperativa de Consumo de Marmelar, CRL – Marmelar - Vidigueira;
- * Cooperativa de Consumo 27 de Setembro - Vale de Santiago - Odemira;
- * Cooperativa de Consumo do Povo de Relíquias, CRL – Relíquias - Odemira;
- * Cooperativa de Consumo ERVEDALENSE, CRL – Ervedal - Avis;
- * COOPERSUMO – Cooperativa de Consumo de Montargil, CRL - Montargil - Ponte de Sôr;
- * A ERMIDENSE – Cooperativa de Consumo, CRL – Ermidas Aldeia - Santiago do Cacém;
- * Cooperativa União Familiar Operária de Consumo e Produção de Ramalde, CRL - Porto;
e ainda 2 colectividades:
- * União Desportiva e Cultural Banheirense - Baixa da Banheira - Moita;
- * Clube Recreativo do Penteado - Moita.

A Cooplisboa vestiu-se de festa para receber mais de 1.400 participantes no 14º Convívio Coop, realizado em Junho, na Salgueirinha. Confirma-se assim, o interesse de Dirigentes, Trabalhadores e respectivos familiares, pelo recreio, desporto e cultura popular, aproveitando-se o ensejo para rever e cimentar amizades, provar iguarias gastronómicas e fortalecer o espírito do Grupo.

O 2º Magusto Coop, realizado em Novembro, juntou em ambiente de franca camaradagem Dirigentes, Trabalhadores da plataforma logística, gerentes das **LOJAS COOP** e os principais responsáveis pelos sectores operacionais deste Grupo Cooperativo.

Exercitando o previsto no 7º Princípio Cooperativo - *Interesse pela Comunidade*, a Cooplisboa:

- * Passou a ser membro colectivo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Pinhal Novo, fortalecendo mais uma ligação à terra e ao povo que nos acolheu;
- * Patrocinou o livro editado pela Junta de Freguesia, contendo as Primeiras Actas da Freguesia do Pinhal Novo;
- * Aderiu à campanha de ajuda alimentar ao povo Cabo de Verde, residente no Município de S. Filipe, que está geminada com a Câmara Municipal de Palmela.

No final do ano, fomos surpreendidos com a decisão do Tesoureiro apresentar o seu pedido de demissão, pois tratava-se de Homem de muitos projectos Cooperativos e de mais anos de trabalho conjunto mas, as razões particulares evocadas, tornaram a decisão inabalável.

1.3. RECURSOS HUMANOS

O projecto de alteração ao Código do Trabalho provocou, no final do ano, um dia de greve na União, com adesão maciça. O facto dos Trabalhadores laborarem numa Cooperativa, cumpridora das disposições laborais e legais e que proporciona um bom ambiente de trabalho, suscitou o debate interno, tendo prevalecido a vontade de ser solidário com todos aqueles que laboram em locais onde tal não acontece.

A Cooplisboa procedeu a um aumento salarial base de 3.5%, com efeitos retroactivos a Julho, antecipando um mês relativamente ao ano anterior, que aliado a outros acertos salariais, fez crescer a massa salarial em 8.2%, crescimento idêntico ao verificado nos proveitos, registando-se ainda ganhos de produtividade nos últimos dois anos, que ascenderam a 12,6%.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Ligação à Cooperativa	Número de Trabalhadores								
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Efectivos	23	24	25	27	27	25	43	51	56
Efectivos em %	65.7%	75%	74%	62.8%	51%	42.4%	58.9%	67.1%	71.8%
Contratados	12	8	9	16	26	34	30	25	22
Contratados em %	34.3%	25%	26%	37.2%	49%	57.6%	41.1%	33.9%	28.2%
TOTAL	35	32	34	43	53	59	73	76	78

É de 32 anos o nível etário médio da equipa, a qual apresenta estabilidade e está motivada, tendo sido admitida uma técnica com formação superior, para o recém criado Serviço de Qualidade, com o objectivo de prestar novos serviços às Associadas, responder às actuais exigências técnicas e elevar a qualidade do atendimento aos Consumidores.

A implementação do STARLOG, destinado à gestão informática da plataforma logística, obrigou à formação profissional, realizada essencialmente em posto de trabalho, envolvendo todos os Trabalhadores do Armazém de Produtos Secos, procurando-se a destreza e o conhecimento adequado à boa utilização da nova ferramenta tecnológica, tendo-se verificado a completa disponibilidade e interesse dos que laboram na União à nova forma de organizar o trabalho.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM 2002

Designação da Acção	Formandos	Horas de Formação	
		Acção	Total
Formação Externa			
A Segurança Alimentar e os Consumidores – Deco	5	24	120
Informática na óptica do utilizador	40	20	800
Formação Interna			
Higiene e Segurança Alimentar	2	16	32
A Comunicação Interdepartamental	2	32	64
Prevenção de Conflitos e Protecção do Ambiente	22	8	176
TOTAL	71	-	1.192

Dando seguimento ao protocolo firmado entre a Fenacoop e a Escola Superior de Ciências Empresariais de Setúbal, proporcionámos estágio a dois alunos do curso de Gestão da Distribuição e Logística da referida escola.

A Direcção reuniu com todos os Trabalhadores que laboram na Salgueirinha, dando-lhes conhecimento dos assuntos tratados nas reuniões realizadas com as Associadas, tendo por objectivo, melhorar o conhecimento mútuo e garantir o envolvimento de todos, na procura e na implementação de novas soluções.

Mantivemos o Prémio de Assiduidade, que se revela oportuno e de vantagem recíproca, o qual é processado semestralmente, a todos os Trabalhadores que, no semestre anterior, não ultrapassem um dia de falta justificada, excluindo-se as ausências motivadas por nojo.


No início de férias, ofereceu-se a todos os Trabalhadores da União uma esteira de praia e, na quadra natalícia, distribuímos o Cabaz de Natal com produtos alimentares. Continuámos a realizar a Festa de Natal, em ambiente alegre, fraterno e circense, durante a qual foram entregues prendas às crianças com idade até 12 anos, enquanto que os adultos participaram num sorteio.

O INFORMAR atingiu o 79º número publicado, com distribuição mensal a mais de 800 Trabalhadores de 14 Cooperativas, mantendo a estrutura gráfica e diversificando o seu conteúdo, continuando a ser um importante meio de informação Cooperativa e de coesão interna.

O Serviço de Medicina do Trabalho funcionou normalmente, vigiando a saúde dos Trabalhadores, realizando 24 exames periódicos, colaborando na definição das condições de higiene e segurança no trabalho e na correcção das posições ergonómicas, com a preocupação de reduzir o nº de acidentes e garantir o bem estar de todos.

1.4. ECONÓMICO E FINANCEIRO

Numa Cooperativa, Dirigentes e Trabalhadores devem estar sempre preparados para prestar contas e, assim, foi com satisfação que contratámos o serviço do Revisor Oficial de Contas, convictos de que a sua acção, contribuirá para aumentar a credibilidade da Cooplisboa junto da Banca, Fornecedores e Cooperativas Associadas.

Estar em Grupo, significa desenvolver e coordenar actividades, disciplinar e otimizar o trabalho colectivo, definir regras de funcionamento pelo que, promovemos a edição de um *Manual de Merchandising*, o qual, contribuirá gradualmente, para uniformizar a imagem, melhorar a apresentação e a qualidade das .

O Conselho Técnico Comercial, reuniu mensalmente cerca de 25 Quadros comerciais, para analisar e reflectir assuntos actuais, trocar informações e conhecer a realidade Cooperativa do país. Com esta dinâmica, realizámos visitas às instalações da União e das Associadas situadas em Aljustrel, Faro, Alhos Vedros, Lourosa, Campo Maior e Ciborro, sentindo-se que o CTC contribuiu de forma decisiva para fortalecer o espírito de equipa e do Grupo Coop.

A actividade dos Coordenadores de Zona, que trabalham junto das Cooperativas, para informar, esclarecer, motivar e coordenar as diferentes actividades, leva-nos a considerar a sua intervenção fundamental e determinante na coesão deste Grupo Cooperativo e nos resultados obtidos.

Os resultados económicos e financeiros obtidos, são positivos para a União e para as Cooperativas Associadas, confirmando-se a tendência dos últimos anos. A qualidade do serviço prestado, valoriza a vocação da União em servir as **LOJAS COOP** e, coloca em destaque, a justeza das decisões estratégicas gradualmente implementadas, devendo ser destacado:

- * Os Proveitos e Ganhos subiram 8.1%, com destaque para a Prestação de Serviços e Juros;
- * O Capital Próprio subiu 14.6%, cobrindo a totalidade do imobilizado e parte das existências;
- * A dívida de Curto, M L Prazo diminuiu (-) 4.1% e os juros pagos (-) 12.4% ;
- * O Resultado Líquido cresceu 61%, mas o Resultado Financeiro foi negativo, consequência do desconto de pronto pagamento concedido às Associadas e que teve um incremento de 88%;
- * As marcas próprias COOP e NATERRA, atingiram um peso de 7% no valor global das vendas;
- * A análise à concorrência, feita com regularidade, demonstra que temos preços competitivos;
- * Aumentaram o número de serviços prestados às Associadas e a sua qualidade, em diferentes domínios, todos indispensáveis ao bom funcionamento das Cooperativas.

A Cooplisboa mantém a sua participação na Direcção da CenMarCoop - Comércio de Produtos Alimentares e Conexos, CRL, conhecida por CMC, tendo participado em todas as suas actividades e grupos de trabalho, ajudando a dinamizar e a fortalecer a actividade desta central de negociação, que, por sua vez, está integrada noutra central, a UNIARME - União de Armazenistas de mercearia, CRL.

A MASTERDIS - Comércio de Produtos Alimentares e Conexos, S.A, foi constituída com o capital social de cem mil Euros, repartido igualmente por oito parceiros, entre os quais a Cooplisboa, que integra a sua Direcção, tendo por missão, nesta fase, desenvolver os produtos de marca própria NATERRA.

Aproveitando a dinâmica dos produtos de marca própria, promovemos um concurso interno destinado a escolher o slogan para os produtos COOP, tendo a escolha recaído sobre o lema:

PRODUTOS COOP – Uma marca de confiança.

A ELOSECULORUM - Companhia Portuguesa de Produtos Alimentares, Lda, onde mantivemos uma parceria comercial no período de 1997 a 2000, continua o processo de dissolução, mas ressarciu a Cooplisboa de todos os valores que lhe eram devidos, considerando-se encerrado o processo.

Para uma actividade crescente, a logística utilizou o mesmo número de viaturas que em anos anteriores, o que traduz melhoria na rentabilização da frota, a qual, mesmo assim, ficou aquém do desejável, em consequência da irregularidade de compras de algumas Associadas.

QUADRO DA EVOLUÇÃO DA FROTA E DA ACTIVIDADE LOGÍSTICA

Variáveis de transporte	1998	1999 ^(a)	2000	2001	2002	02 / 01
Viaturas pesadas c/ equip. de frio	6	8	10	11	11	0.0 %
Quilómetros percorridos	307.000	381.463	595.077	703.817	827.780	17.6 %
Paletes movimentadas	31.228	39.081	55.995	66.428	73.682	10.9 %
“Combis” movimentados	5.509	7426	8.112	7.748	7.231	-6.7 %
Área total do armazém (m ²)	3.500	3.500	3.500	7.000	7.000	0.0%

(a) Em 1999 a Cooplisboa vendeu a frota própria e passou a utilizar veículos em regime de aluguer exclusivo)

Na edição anual do INSCOOP “As 100 Maiores Empresas Cooperativas”, a Cooplisboa subiu 4 lugares, passando a ocupar a 20ª posição e sendo a 2ª maior Cooperativa no distrito de Setúbal.

1.5. INVESTIMENTOS

Continuámos a investir na modernização das instalações e meios técnicos da União, apoiando de forma determinante a modernização das Associadas. Este esforço de investimento, visou melhorar a gestão interna, tornar mais eficaz o controle, garantir o rigor e facilitar as comunicações comerciais, quer sejam com Consumidores, com a Plataforma Logística ou com os Serviços Centrais. Procurou-se ainda melhorar a organização interna das **LOJAS G COOP**, tendo para isso, sido instalados equipamentos e desenvolvidas soluções diversas informáticas e outras:

- * Foram instalados POS’s e PDT’s, destinados, respectivamente, à venda e à compra por leitura óptica, em 14 **LOJAS G COOP**, localizadas em:
Couço, Volta do Vale, S. Pedro da Gafanhoeira, Ciborro, Lavre, Montemor-O-Novo, Boa Fé, Casebres, Freixo, Ermidas Aldeia, Vale de Santiago, Relíquias, Montes Velhos e Marmelar.
Desta forma, 74% das **LOJAS G COOP**, utilizam soluções informáticas compatíveis, permitindo as comunicações diárias, a sincronização e o funcionamento em rede;
- * No Armazém, passámos a operar com PDT’s que utilizam a rádio frequência para comunicar, tendo sido adquirida estantaria metálica, para alojar cada referência em local próprio;
- * Desenvolvemos o STARLOG, ferramenta informática vocacionada para a gestão técnica do armazém, desde a recepção de mercadorias à expedição, passando pela gestão física dos espaços, datas de validade, rastreabilidade, gestão de encomendas, facturação e controle de cargas e de operadores. A implementação faseada, teve início no 2º semestre, para, no final do ano, se encontrar a cerca de 70%, excluindo-se a Central de Produtos Frescos;
- * Entre os Serviços Centrais e a Plataforma Logística, foi instalada uma Intra Net, destinada a definir e a planear a entrega de encomendas negociadas com os Fornecedores;
- * Por outro lado, foi ampliado o mail externo a 62 utilizadores que laboram nas Associadas;
- * No sentido de adaptar os pontos de venda às exigências legais, garantir a rastreabilidade do produto e assegurar uma correcta informação ao Consumidor, passámos a emitir centralmente as etiquetas destinadas a identificar todo o pescado fornecido pela CPF;
- * Para suavizar o ambiente de trabalho, foi instalado no Armazém um sistema de som HIFI.

INVESTIMENTO REALIZADO EM 2002 (Euros)

Descrição do Investimento	Valor
Equipamento Administrativo	-
Equipamento informático	2,924.50
Telecopiadores para Associadas	3,675.00
Equipamento Básico da Plataforma	-
Instalações eléctricas e de comunicação	1,192.28
Estantaria metálica e portas	113,876.22
Edifícios	-
Remodelação Armazém	10,300.32
Projectos	-
Projecto de arquitectura - Telas Finais	3,892.00
Projecto Especial Cooplisboa – Procom	3,142.43
TOTAL	139,002.75

1.6. INTERCOOPERAÇÃO

A Cooplisboa, solidária com a Fenacoop, participou nos trabalhos iniciais de preparação do 8º Congresso, a realizar no final de 2003, os quais abordaram os seguintes temas:

- * As Cooperativas de Consumo e o desenvolvimento económico;
- * A situação actual e perspectivas de evolução do comércio e da distribuição;
- * A Globalização e a Arquitectura da empresa Cooperativa

A Cooplisboa participou na aquisição do imóvel, sede da Fenacoop, sendo esta iniciativa inserida na estratégia de concentração das estruturas operacionais, tendo-se definido um novo organigrama e criado novas áreas de actividade, indispensáveis a assegurar as duas vertentes fundamentais duma Cooperativa: A Empresa e a Associação. No futuro, deveremos continuar a burilar estas iniciativas, na certeza de que, por esta via, surgirão bons resultados.

Foi significativo o número de adesões à Cooplisboa verificadas em 2002, traduzido de imediato no aumento de vendas e, nalguns casos, na modernização da loja, tendo sido dada prioridade às funções de atendimento e controle. Devemos igualmente referir e registar, a tentativa desenvolvida para desacreditar a União, a qual, foi pronta e claramente refutada pelas demais Associadas.

Em consequência da Intercooperação com a Pluricoop, a Cooplisboa assegura serviços que excedem as funções de armazenista e de operador logístico. Pois, como sabemos, presta um amplo conjunto de serviços, indispensáveis à gestão, que são de reconhecida qualidade e oportunidade e a baixo custo, de que destacamos:

- * Serviço de Contabilidade a 16 Cooperativas, assegurando os procedimentos legais para, mensalmente serem distribuídos dados de gestão por Cooperativa, **LOJAS G COOP** e Secção;
- * Serviço de Gestão de Recursos Humanos a 14 Cooperativas, assegurando salários e demais procedimentos legais, colaborando no recrutamento, formação técnica e estágios;
- * Gestão financeira de 4 Cooperativas, sendo necessário no futuro, dedicar mais atenção a este serviço, ampliar o seu âmbito e gerir de forma consolidada todos os meios financeiros;
- * Concessão, implementação e manutenção dos sistemas informáticos das **LOJAS G COOP**, recorrendo a “*out sourcing*” sempre que necessário;
- * Concessão, lançamento de empreitadas, acompanhamento e recepção de obras, recorrendo a “*out sourcing*” para a realização física dos trabalhos e de projecto de especialidade;
- * Apoio técnico na organização e dinamização dos espaços comerciais, na gestão da qualidade e no que respeita ao funcionamento institucional e legal da Cooperativa;
- * Apoio às 13 Cooperativas envolvidas em investimentos no âmbito do Procom - Projecto Especial do Grupo Coop, garantindo a necessária assessoria e representação;

AS Cooperativas isoladas e sem estratégia de Grupo, descaracterizam-se, perdem dinâmica empresarial e são presa fácil de privados. Desta vez, cessaram a actividade, a Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores de Fânzeres e a Cooperativa de Consumo da Tramaga, que se traduziu na delapidação patrimonial, generosamente construído por outras gerações de Cooperativistas.

Exercitar a Intercooperação numa perspectiva mais alargada, levou a Cooplisboa a cooperar com Entidades de fins não lucrativos, de que resultou a adesão de Colectividades e Clubes e o incremento dos contactos com as Misericórdias e Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos, pelo que se perspectivam novas adesões.

Em parceria com a Pluricoop, Proletário Alentejano, CoopRibatejo e CoopCastrense, iniciámos os estudos para a concentração do negócio e transformação dos produtos cárneos, tendo-se realizado reuniões com Produtores e Empresas especializadas no projecto destas unidades, concluindo-se pela viabilidade técnica e económica do mesmo, até porque se admite a adesão de outras Cooperativas e a abertura da respectiva secção em mais **LOJAS G COOP** .

Integrámos a Delegação da Fenacoop nas reuniões do FORUM INTERCOOPERATIVO, para conhecer novas realidades e criar as relações de confiança adequadas à necessária Intercooperação, ficando a convicção de que evoluímos muito nesse sentido, tendo sido possível com as Cooperativas:

- * Agrícolas, incrementar o relacionamento comercial, a promoção e o fornecimento de produtos e a formação técnica de Trabalhadores;
- * De Habitação Económica, definir as condições de instalação de **LOJAS G COOP** em futuras urbanizações;
- * De Produção Operária, aumentar a participação nas obras e na execução de projectos;
- * Cercis, analisar formas de aproveitamento das sinergias instaladas e perspectivar negócios em Grupo.

1.7. CONCLUSÕES

O ano de 2002 foi reconhecidamente difícil e de crise económica e financeira para o Estado e também para as Empresas. Para além disso, vivemos com particular preocupação a crise de Valores que atingiu as Instituições Públicas e, particularmente, aquelas que são garantia do bem estar social, da defesa da Pessoa e da preservação do ambiente e, por consequência da liberdade e da democracia.

Face aos resultados económicos e financeiros obtidos pela Cooplisboa, mas também pela generalidade das suas Associadas, aliados ao incremento verificado nas adesões e à maior dinamização Associativa e Cultural, concluímos que as Cooperativas de Consumo, quando organizadas, são indispensáveis à economia e aos Consumidores, pois:

- * Garantem serviços de qualidade e de proximidade;
- * Asseguram estabilidade de preços, os quais, são normalmente baixos;
- * Não fomentam o consumo, contribuindo para uma gestão mais racional dos orçamentos familiares;
- * Cumprem as obrigações laborais, dando estabilidade no emprego, factor positivo na economia local;
- * Combatem a economia paralela, que desvirtua a concorrência, lesa o Estado e todos os cidadãos.

A Direcção manteve-se preocupada com o desenvolvimento estratégico futuro, mas não conseguiu ultrapassar as dificuldades colocadas ao alargamento da base logística da Salgueirinha, indispensável a novos projectos. Assim, deveremos continuar a trabalhar com o objectivo de ultrapassar os actuais impedimentos, pois só assim poderemos prestar mais e melhores serviços às Cooperativas Associadas e a outras Entidades que venham a aderir à Cooplisboa.

A Direcção, ao finalizar este Relatório de Actividades, por ser justo, quer expressar os seus sinceros agradecimentos:

- * Aos Fornecedores;
- * Às Entidades Financiadoras e Bancos;
- * À Administração Central, Regional e, Local e em particular, à Câmara Municipal de Palmela;
- * A todos os restantes Parceiros Económicos de que destacamos a CMC - CenMarCoop, CRL;
- * À Empresa que, pela primeira vez, certificou as nossas contas;
- * Às Cooperativas Associadas, outras Cooperativas e Entidades com fins não lucrativos.

Aos Trabalhadores, queremos expressar um agradecimento muito especial, por terem sabido Gerir a Cooplisboa, com competência, seriedade, muita dedicação e responsabilidade.

Pinhal Novo, 07 de Junho de 2003

A DIRECÇÃO

Maximizar as convergências. Minimizar as divergências

2.1 - BALANÇO EM 31/12/2002

Euros

ACTIVO	EXERCÍCIOS				CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
	2002		2001			2002	2001
	ACTIVO BRUTO	AMORT./PROV. ACUMULADAS	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO			
Imobilizado					Capital Próprio		
Imobilizações Incorpóreas					Capital	1,600,731.14	1,419,809.05
Despesas Instalação	62,052.84	53,230.71	8,822.13	5695.27	Prestações Suplementares	934,522.63	934,522.63
	62,052.84	53,230.71	8,822.13	5695.27			
Imobiliz. Corpóreas					Reservas		
Edifícios e Out. Construções	2,069,673.38	206,541.85	1,863,131.53	1,889,746.63	Reservas Legais	141,984.89	131,984.89
Equipamento Básico	1,200,995.01	587,298.30	613,696.71	685,957.60	Reservas Estatutárias	866,682.89	684,145.17
Equipamento Transporte	69,557.88	58,865.94	10,691.94	18,682.32			
Ferramentas e Utensílios	6,015.92	2,539.29	3,476.63	0.00			
Equip. Administrativo	150,469.49	118,109.08	32,360.41	39,255.75	Resultado Líquido Exercício	309,293.90	192,537.72
Outras Imo. Corpóreas	5,327.06	2,663.55	2,663.51	3,329.40			
Imobil. Em curso	9,040.20		9,040.20	0.00		3,853,215.45	3,362,999.46
	3,511,078.94	976,018.01	2,535,060.93	2,636,971.70			
Investimentos Financeiros							
Partes de Capital noutras							
Cooperativas e Entidades	114,509.69		114,509.69	102,009.69			
Circulante					Passivo		
Existências					Dividas a Terc.-Longo Prazo		
Mercadorias	2,553,976.54		2,553,976.54	2,637,703.14	Dividas a Instit. Crédito	689,060.34	850,873.20
Dividas de Terc.-Curto Prazo					Dividas a Terc.-Curto Prazo		
Clientes C/C	6,416,257.91		6,416,257.91	6,270,309.15	Dividas a Instit. Crédito	696,591.77	731,610.75
Clientes Cob. Duvidosa	25,275.62	25,275.62	0.00	0.00	Fornecedores C/C	6,579,061.46	6,832,570.42
Estado e O. E. Públicos	38,271.38		38,271.38	0.00	Forneced. de Imobiliz. C/C	197,696.69	362,770.74
Subscritores de Capital	1,851.13		1,851.13	2,055.37	Estado e Out. Ent. Públicos	237,175.19	151,190.89
Outros Devedores	596,359.42		596,359.42	482,125.38	Outros Credores	129,506.49	100,309.28
	7,078,015.46	25,275.62	7,052,739.84	6,754,489.90		7,840,031.60	8,178,452.08
Depósitos Bancários e Caixa					Acréscimos e Diferimentos		
Depósitos Bancários	417,118.96		417,118.96	356,859.43	Acréscimos de Custos	827,878.50	615,146.06
Caixa	998.80		998.80	7,775.07	Proveitos Diferidos	42,535.20	
	418,117.76		418,117.76	364,634.50		870,413.70	615,146.06
Acréscimos e Diferimentos					Total do Passivo	9,399,505.64	9,644,471.34
Acréscimos de Proveitos	569,494.20		569,494.20	505,966.60			
Total Amortizações		1,029,248.72			Total do Capital Próprio e do Passivo	13,252,721.09	13,007,470.80
Total de Provisões		25,275.62					
Total do Activo	14,307,245.43	1,054,524.34	13,252,721.09	13,007,470.80			

O Técnico de Contas

O Depart. Administrativo
e Financeiro

A Direcção

2.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - EXERCICIO DE 2002

Euros

CUSTOS E PERDAS		EXERCICIOS			
		2002		2001	
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATERIAS CONSUMIDAS					
MERCADORIAS			33,813,207.99		31,359,506.10
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS			1,205,026.89		1,221,921.74
CUSTOS COM O PESSOAL					
REMUNERAÇÕES		947,483.31		875,144.55	
ENCARGOS SOCIAIS:					
OUTROS		172,327.84	1,119,811.15	159,563.28	1,034,707.83
AMORTIZ. IMOBIL. CORP. E INCORP. E			246,826.86		248,114.57
IMPOSTOS		145.38		336.54	
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS		28,678.08	28,823.46	26,991.57	27,328.11
(A)			36,413,696.35		33,891,578.35
JUROS E CUSTOS SIMILARES					
OUTROS			602,870.68		436,348.84
(C)			37,016,567.03		34,327,927.19
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIAS			5,204.93		1,611.88
(E)			37,021,771.96		34,329,539.07
IMPOSTO S/ REND. DO EXERCICIO					
(G)			37,021,771.96		34,329,539.07
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO			309,293.90		192,537.72
			37,331,065.86		34,522,076.79
PROVEITOS E GANHOS					
VENDAS					
MERCADORIAS		33,489,254.14		32,585,684.15	
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		2,842,184.64		1,594,715.37	
PROVEITOS SUPLEMENTARES		24,622.07		10,026.98	
OUTROS PROV. E GANHOS OPERACIONAIS		363,242.43	36,719,303.28	1,524.56	34,191,951.06
(B)			36,719,303.28		34,191,951.06
OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES			585,327.81		329,997.07
(D)			37,304,631.09		34,521,948.13
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS			26,434.77		128.66
(F)			37,331,065.86		34,522,076.79
RESUMO	RESULTADOS OPERACIONAIS	(B) - (A) =	305,606.93		300,372.71
	RESULTADOS FINANCEIROS	(D - B) - (C - A) =	-17,542.87		-106,351.77
	RESULTADOS CORRENTES	(D) - (C) =	288,064.06		194,020.94
	RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	(F - D) - (E - C) =	21,229.84		-1,483.22
	RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	(F) - (E) =	309,293.90		192,537.72
	RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	(F) - (G) =	309,293.90		192,537.72

O Técnico de Contas

O Departamento Administrativo
e Financeiro

A Direcção

2.3. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - EXERCÍCIO DE 2002

Nota: Omitem-se os números onde não existe nada a declarar.
Todos os valores estão expressos em **EUROS**.

3 - CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

- * Mercadorias - Custo de Aquisição.
- * Amortizações - Método das Quotas Constantes.
- * Investimentos financeiros - Custo de Aquisição.

7 - NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA

- * Empregados - 79.

8 - DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Os valores contabilizados no exercício são relativos ao custo de parte dos projectos (PROCOM), agora aprovados.

10 - MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS CONTAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

ACTIVO BRUTO

Imobilizações corpóreas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Saldo final
Edifícios e out. construções	2,052,570.27	17,103.11	-	2,069,673.38
Equipamento básico	1,104,678.47	96,316.54	-	1,200,995.01
Equipamento de transporte	69,557.88	-	-	69,557.88
Ferramentas	1,380.25	4,635.67	-	6,015.92
Equipamento administrativo	173,171.17	13,913.00	36,614.68	150,469.49
Outras imob. Corpóreas	5,327.06	-	-	5,327.06
Imobilizações em curso	-	9,040.20	-	9,040.20
	3,406,685.10	141,008.52	36,614.68	3,511,078.94
Imobilizações incorpóreas	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo final
Estudos e projectos	55,018.41	7,034.43	-	62,052.84
Investimentos financeiros	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo final
Partes de capital	102,009.69	12,500.00	-	114,509.69

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Imobilizações corpóreas	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo final
Edifícios e out. construções	162,823.64	43,718.21	-	206,541.85
Equipamento básico	418,720.87	168,577.43	-	587,298.30
Equipamento de transporte	50,875.56	7,990.38	-	58,865.94
Ferramentas	1,380.25	1,159.04	-	2,539.29
Equipamento administrativo	133,915.42	20,808.34	36,614.68	118,109.08
Outras imob. Corpóreas	1,997.66	665.89	-	2,663.55
	769,713.40	242,919.29	36,614.68	976,018.01
Imobilizações incorpóreas	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo final
Estudos e projectos	49,323.14	3,907.57	-	53,230.71

14 - IMOBILIZAÇÕES IMPLANTADAS EM PROPRIEDADE ALHEIA

- * Armazém da Salgueirinha - 2.069.673,38 Euros
- * Construído em terreno cedido em 1990, em direito de superfície, pelo prazo de 70 anos, pela Câmara Municipal de Palmela.

15 - BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

- * STARLOG – Solução de Gestão Informática 234.889,64 Euros
- * Computadores 82.015,75 Euros
- * Estantes 52.136,76 Euros

23 - VALOR GLOBAL DAS DIVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

- * Clientes 25.275,62 Euros

25 - DIVIDAS DO PESSOAL

- * Adiantamentos 4.175,67 Euros

**30 - DIVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS
DIVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZO**

- * Dividas a Instituições de Crédito – CGD, garantida por hipoteca do Armazém da Salgueirinha. 689.060,34 Euros

32 – RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

- * Avals prestados a associadas no âmbito do PROCOM - 138.221,89 Euros

34 - DESDOBRAMENTO DA CONTA DAS PROVISÕES

	Saldo Inicial	Redução	Saldo Final
Clientes Cobrança Duvidosa	32.324,33	7.048,71	25.275,62

35 - CAPITAL SOCIAL

- * Aumento no Exercício realizado com a entrada de numerário 180.922,09 Euros
- * Capital Subscrito e não Realizado 1.851,13 Euros

37 - PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO EM MAIS DE 20%

- * Pluricoop – Cooperativa de Consumo,, CRL 62%

**40 - MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS CONTAS DE CAPITALS PRÓPRIOS POR
APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

- * Reserva Legal + 10.000,00 Euros
- * Reservas Estatutárias + 182.537,20 Euros

41 - DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Movimentos	Movimentos
Existência inicial	2,637,703.14
Compras	33,732,541.67
Regularizações	(-) 3,060.28
Existência final	(-) 2,553,976.54
	33,813,207.99

45 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e Perdas	2002	2001
Juros suportados	189,181.49	216,118.85
Descontos de p.p. concedidos	408,867.71	216,435.32
Outros custos financeiros	4,821.48	3,794.67
Resultados financeiros	(-) 17,542.87	(-) 106,351.77
	585,327.81	329,997.07

Proveitos e Ganhos	2002	2001
Juros obtidos	8,791.01	20,392.01
Descontos de p.p. obtidos	350,602.34	212,856.06
Centralização	225,934.46	96,749.00
	585,327.81	329,997.07

46 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas	2002	2001
Donativos	4,935.10	-
Multas e penalidades	269.83	498.80
Correcções rel.exerc. Anteriores	-	1,113.08
Resultados extraordinários	21,229.84	(-) 1,483.22
	26,434.77	128.66

Proveitos e Ganhos	2002	2001
Alienação imob. Corpóreas	25.00	-
Benefícios pen. Contratuais	2,040.51	128.66
Redução de provisões	7048.71	-
Subsídios p/ investimento	17,320.55	-
	26,434.77	128.66

47 - DIVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL

* Relativas às Remunerações de Dezembro / 2002

(-) 38.520,38 Euros

O Técnico de Contas

O Departamento
Administrativo e Financeiro

A Direcção

3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direcção da **COOPLISBOA – UNIÃO DE COOPERATIVAS DE CONSUMO, UCRL**, atendendo ao previsto nos Artigos 69º e 70º do Código Cooperativo e no ponto Um do Artigo 20º dos Estatutos, propõe à Assembleia Geral, nos termos do Artigo 22º dos Estatutos, que os excedentes anuais líquidos do exercício de 2002, no valor de **€ 309.293,90 – TREZENTOS E NOVE MIL, DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS EUROS E NOVENTA CÊNTIMOS**, tenham a seguinte distribuição:

* Reserva Legal	16.000,00 Euros
* Reserva para Educação e Formação Cooperativa	3.500.00 Euros
* Reserva de Investimento	289.793,90 Euros

Pinhal Novo, 07 de Junho de 2003

A DIRECÇÃO

4 . CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **COOPLISBOA - UNIÃO DE COOPERATIVAS DE CONSUMO, UCRL.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, (que evidencia um total de 13.252.721 euros e um total de capital próprio de 3.853.215 euros, incluindo um resultado líquido de 309.294 euros), a Demonstrações dos resultados por natureza do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do principio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

6. Por só termos assumido as funções em Dezembro de 2002, não examinámos as demonstrações financeiras de 2001, nem as mesmas foram auditadas por outro R.O.C.. Por esse motivo não podemos assegurar a exactidão dos saldos de abertura, nem podemos verificar a consistência da aplicação dos princípios contabilísticos.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **COOPLISBOA – UNIÃO DE COOPERATIVAS DE CONSUMO, UCRL.**, em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Pinhal Novo, 07 de Junho de 2003.

José Candeias Lourenço Jacob, (ROC 858)
Em representação de
R. Soares, R. Coelho & J. Jacob – S.R.O.C.

5. PARECER DO CONSELHO FISCAL

No dia 28 de Junho de 2003, pelas 14:00 Horas, reuniu o Conselho Fiscal da COOPLISBOA – União de Cooperativas de Consumo, UCRL, nas instalações da Cooperativa de Produção e Consumo Proletário Alentejano, CRL, para, nos termos estatutários, apreciar o Relatório de Actividades da Direcção e as Contas da União respeitantes ao ano 2002 e emitir o respectivo Parecer.

O Relatório de Actividades da Direcção corresponde, no essencial, à actividade desenvolvida e programada no Plano de Actividades, anteriormente aprovado.

As Contas estão contabilizadas de acordo com as normas legais do Plano Oficial de Contas, cujo trabalho foi suficientemente acompanhado.

Nota-se uma evolução positiva em índices representativos, tais como vendas em armazém, cobertura Activo/Passivo e Dívidas a Terceiros, de entre outros, pelo que o Conselho Fiscal considera profícuo o trabalho realizado pela Direcção.

Recebemos do Revisor Oficial de Contas a confirmação legal das Contas do Exercício, com a qual estamos de acordo e se ajusta ao nosso Parecer, ficando dele a fazer parte integrante.

Assim, o Conselho Fiscal da COOPLISBOA – União de Cooperativas de Consumo, UCRL, propõe à Assembleia Geral, reunida na Biblioteca Municipal de Beja, no dia 28 de Junho, que aprove:

- a) O Relatório de Actividades do ano de 2002;
- b) As Contas do ano de 2002;
- c) Um Voto de Louvor à Direcção e a todos os Trabalhadores, pela forma dedicada com que desempenharam as funções que lhes foram atribuídas.

Beja, 28 de Junho de 2003

O CONSELHO FISCAL

António Pedro Valverde Martins

Eurico Jorge Antunes

João Gomes Ferro



**RATIFICAR A ADMISSÃO DE NOVOS MEMBROS
COOPERATIVAS E OUTRAS ENTIDADES DE ECONOMIA SOCIAL
NO 1º SEMETRE DE 2003**

Considerando a importância e o significado político da adesão de novos Membros da Cooplisboa, a Direcção entendeu realçar o facto e trazer o assunto à Assembleia Geral, reunida em 28 de Junho de 2003 na cidade de Beja, em sessão ordinária, para conhecimento e ratificação, das seguintes admissões:

- * Cooperativa Cultural PIA – Projecto de Intervenção Artística, CRL - Pinhal Novo - Palmela;
- * Lar e Centro de Dia “O Cantinho Amigo”- Aldeia de Pias - Alandroal;
- * Cooperativa de Consumo Boa Vontade de Portel, CRL - Portel.

Pinhal Novo, 27 de Junho de 2003

A DIRECÇÃO



PROPOSTA

REAVALIAR E VOTAR AS CONDICIONANTES SUSPENSIVAS CONSTANTES NO PONTO 3 DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DE 2003

A Direcção da Cooplisboa na sua reunião mensal realizada em 27 de Junho de 2003, analisou as razões políticas da inclusão no PAO de 2003 do escalonamento diferenciado na atribuição do Rappel, bem como dos motivos que levaram a Assembleia Geral, a suspender esta proposta por um período de seis meses, que agora termina e considerando que:

- * A adesão de um Cooperador, individual ou colectivo, a qualquer Cooperativa é livre e voluntária;
- * Compete à Assembleia Geral analisar e votar a adesão de uma Cooperativa a uma União de Cooperativas, sendo por este facto, esta decisão repleta de responsabilidade e de significado político, a qual, excede completamente a mera relação comercial;
- * Nos termos previstos no Código Cooperativo, são Deveres dos Cooperadores, de entre outros, *“Respeitar os princípios cooperativos, as leis, os estatutos da cooperativa e os respectivos regulamentos”* e *“Participar, em geral nas actividades da Cooperativa ...”*;
- * Por outro lado, nos Estatutos da Cooplisboa, são Direito dos Membros *“Abastecer-se na União e usufruir das regalias estabelecidas ..”* mas são igualmente seus Deveres *“Os previstos no Código Cooperativo ...”*;
- * As Cooperativas que no momento não atingiram os objectivos mínimos previsto no ponto 3 do PAO 2003, representam menos de 5% no volume de negócios da União, já que, opção própria, adquirem os produtos de que necessitam, fora do Movimento Cooperativo;
- * Estamos em ano do 8º Congresso, sendo o momento oportuno para definir as estratégias e as dinâmicas de futuro.

E sendo, propomos à Assembleia Geral, a realizar em Beja, no dia 28 de Junho de 2003, que:

- * Sejam afirmados os Princípios e os Valores Cooperativos no relacionamento entre as Cooperativas de Consumo e entre elas a própria União;
- * Sejam refutadas com toda a veemência, as iniciativas que possam vir a denegrir a imagem da União, a dividir as Cooperativas de Consumidores e a enfraquecer o Grupo Coop;
- * A Intercooperação seja considerada a solução mais adequada ao desenvolvimento futuro;
- * Para coesão do Grupo Coop, o Rappel seja distribuído em função do relacionamento económico com a União, num único escalão de 0.5%, à semelhança dos anos anteriores, mantendo-se contudo, as necessidades de informação prevista no ponto 3 do PAO 2003;
- * A Fenacoop inclua nos trabalhos do 8º Congresso, a análise e a reflexão das responsabilidades decorrentes da adesão de uma Cooperativa à Cooplisboa, com o objectivo de definir regras de relacionamento entre as Associadas e a União e concentrar todos os esforços e recursos, no desenvolvimento e na consolidação do Grupo Coop.

Pinhal Novo, 27 de Junho de 2003

A DIRECÇÃO